

RESPOSTA AO QUESTIONAMENTO

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, neste ato representado por sua PREGOEIRA, designada pela Portaria nº 537/2016/SEMA, publicada no D.O.E. do dia 11 de julho de 2018, vem dentro do prazo legal, e com fulcro na legislação vigente, especialmente Decreto Estadual nº 840, de 10 de fevereiro de 2017, prestar esclarecimento ao questionamento formulado pela Sra. Heloisa Barbeiro, relativo ao edital da Concorrência Pública nº 001/2018/SEMA, cujo objeto é a *Contratação de serviços de consultoria e elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei Nº 12.305, de 02 de Agosto de 2010 e seu Decreto Regulamentador Nº 7.404, de 23 de Dezembro de 2010, sendo estes divididos nas seguintes regiões: Plano Estadual de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos – PEGIRS*, realizado pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, conforme segue:

A Sra. Heloisa Barbeiro encaminhou o seguinte questionamento, a Comissão de Licitação:

“Bom dia, em referência ao PROCESSO Nº 252833/2015 - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2018/SEMA, temos algumas questões que gostaríamos de esclarecer e solicitar para a possível participação de nossa empresa:

1) É possível a participação de Consórcio com empresa internacional?

2) Se possível, para os atestados e equipe da empresa internacional, que não possuem vínculo com entidades de classe brasileiras (conselho de arquitetura ou engenharia), os mesmos não teriam como apresentar CAT de seus atestados. Poderiam ser apresentados os atestados emitidos por pessoa jurídica, com tradução juramentada e apostilamento de Haya?

3) É possível adiar a entrega de 2 a 4 semanas?

*...
seria sobre a possibilidade de adiar a data limite da licitação.”*

A presidente da comissão de licitação, neste ato representando a CPL, assim se manifesta:

1) Nas licitações internas tanto poderão participar empresas nacionais, isoladamente ou em consórcio com empresas brasileiras, empresas estrangeiras ‘em funcionamento no País’, de acordo com prescrito no art. 28, V.

Logo, as empresas estrangeiras que não se qualifiquem como ‘em funcionamento no país’ não podem participar de licitações internas, seja isoladamente, ou em consórcio, visto que os membros de um consórcio necessitam, a teor do art. 33, III, apresentar todos os documentos exigidos nos arts. 28 a 31. Ora, o art. 28 exige, entre os

documentos demandados, o 'decreto de autorização para funcionamento no País' (inciso V).

Pelo exposto, empresas estrangeiras, bem como internacionais, só poderão participar da Concorrência pública nº 001/2018/SEMA, se estiverem 'em funcionamento no País'.

- 2) Considerando que nas alíneas 'e, f' do item 4.2, e alínea 'a, b' do item 4.3.5., do edital é exigida a **certidão de registro de pessoa jurídica registrada no CREA ou CAU, em nome do licitante.**

Considerando que de acordo com o inciso III do item 2.5 do edital em questão que cada consorciado deverá apresentar os documentos exigidos nos arts. 28 a 31 da 8666/93, não sendo considerado válido para o somatório dos quantitativos dos consorciados.

A licitante que apresentar certidão que não esteja registrada no CREA ou CAU, não será considerada válida para efeito de pontuação.

- 3) Não existe possibilidade de adiamento da data da licitação, pois já foram aditivados todos os prazos possíveis do convênio com o Ministério do Meio Ambiente, para execução do serviço licitado.

Cuiabá, 04 de setembro de 2018.

Bruna Carla Guarim
Presidente da CPL
SEMA-MT